



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

## **RELATÓRIO GERAL – OPERAÇÃO PEDRAS NO CAMINHO** **NOVA FRIBURGO/RJ**

**PERÍODO DA AÇÃO:** 20/10/2015 a 30/10/2015

**ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:** EXTRAÇÃO DE GRANITO E  
BENEFICIAMENTO ASSOCIADO - **CNAE PRINCIPAL:** 0810-0/02.

**SISACTE Nº:**

**OPERAÇÃO Nº:** 81/2015





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

**ÍNDICE**

<b>A)</b>	<b>EQUIPE</b>	<b>03</b>
<b>B)</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS</b>	<b>05</b>
<b>C)</b>	<b>AÇÃO FISCAL</b>	<b>06</b>
<b>D)</b>	<b>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM</b>	<b>13</b>
<b>E)</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>17</b>
<b>F)</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>20</b>





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

**A) EQUIPE**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
COORDENAÇÃO**

[REDACTED]

**AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DO DETRAE**

[REDACTED]

**AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DA SRTE/RJ**

[REDACTED]

**AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DA GRTE – NOVA FRIBURGO/RJ**

[REDACTED]

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

[REDACTED]

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

[REDACTED]

**DEFENSORIA PÚBLICA FEDERAL**

[REDACTED]



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

[REDACTED]

**MOTORISTAS**

[REDACTED]

**POLÍCIA FEDERAL**

[REDACTED]

**POLÍCIA MILITAR - PMERJ**

[REDACTED]

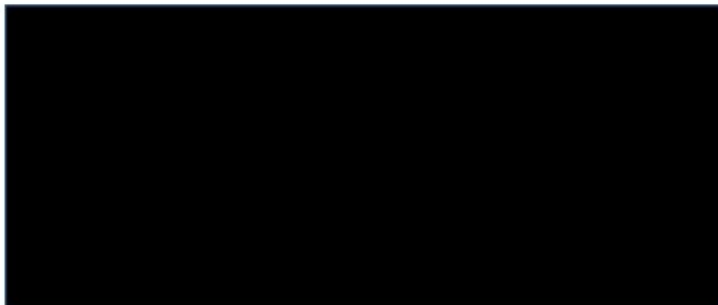
**POLÍCIA CIVIL - CFAE**

[REDACTED]

[REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

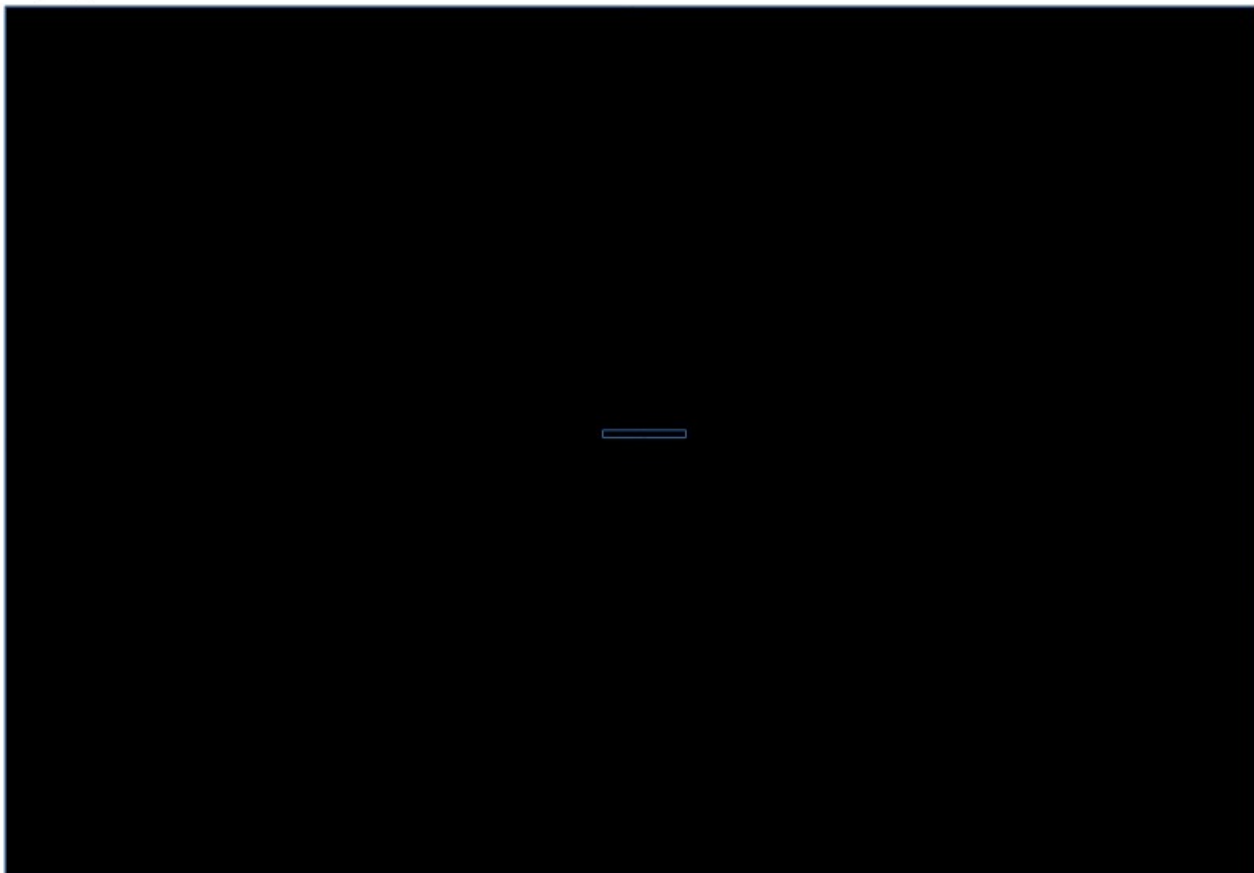


DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL



**B) ESTABELECIMENTOS:**

**Empregadores:**





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

### C) AÇÃO FISCAL

Em cumprimento ao planejamento de fiscalização da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo (DETRAE/DEFIT/SIT), o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) deslocou-se na tarde do dia 20/10/2015 da cidade de Rio de Janeiro/RJ até cidade de Nova Friburgo/RJ, a fim de verificar o cumprimento da legislação trabalhista e das normas de segurança e saúde no trabalho nas pedreiras localizadas entre os municípios de Bom Jardim e Nova Friburgo – na região conhecida como AMPARO/LARANJAL RONCADOR.

A ação fiscal fazia parte da operação conjunta “Pedras no Caminho”, promovida pelo Ministério Público do Trabalho juntamente com demais instituições acima identificadas. A equipe era composta por: 14 Auditores-Fiscais do Trabalho - dos quais 07 eram integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), 05 da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro (SRTE/RJ), 02 da Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Nova Friburgo/RJ (SRTE/RJ); 01 Procurador do Trabalho; 02 servidores do MPT de Nova Friburgo/RJ; 01 Procurador da República; 01 Defensor Público Federal; 02 Delegados da Polícia





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Federal; 04 integrantes do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Escrivãos e Agentes da Polícia Federal; e, Agentes da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Na tarde do dia 20/10/2015, realizou-se uma reunião preparatória entre os integrantes dos órgãos participantes da operação. Nessa reunião foi apresentado o mapa da operação e foram discutidas: a forma de atuação das forças policiais, a comunicação entre os órgãos participantes, a divisão de equipes e outras peculiaridades da operação. Na ocasião, os membros de cada instituição participante foram divididos em 07 (sete) equipes – [REDACTED],

[REDACTED] Cada equipe ficaria responsável pela fiscalização do(s) respectivo(s) alvo(s) indicado(s) pelo MPT, considerando a necessidade de abrangência de maior número de empregadores ao mesmo tempo. As equipes foram dispostas conforme o Mapa da Operação Pedras no Caminho, anexo ao presente relatório.

Na manhã do dia 21/10/2015, as equipes se reuniram no Ginásio do SESI local, onde foram repassadas as orientações finais a respeito da operação.

Logo após a reunião, as equipes seguiram aos locais indicados no levantamento feito pelo MPT. Sendo que, ao término de cada fiscalização, deveriam retornar para a base de apoio – PCC.

Ao término do dia, foi verificado que alguns alvos não foram alcançados, visto que, os trabalhadores e empregadores se evadiram do local ao perceberem a movimentação na região. Do total, foram alcançados 04 alvos primários e 01 alvo secundário, que estão abaixo relacionados. Tais empregadores foram fiscalizados e receberam autos de infrações pelas irregularidades constatadas, com emissão de respectivo relatório de fiscalização.

**Alvo Primário 01:**

**Empregador:** RB MINERAÇÃO LTDA - ME

**CNPJ:** 29.025.160/0001-77

**Endereço do local objeto da ação fiscal:** Alto do Schuenck, na RJ 150 a 1,9 km do PCC Amparo, no município de Nova Friburgo/RJ.

**Telefone:** [REDACTED]

**Endereço para correspondência:** [REDACTED]  
[REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

**Principais irregularidades:** Admitir ou manter 05 (cinco) empregados sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente. Efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo. Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional. Deixar de proporcionar aos trabalhadores treinamento, qualificação, informações, instruções e reciclagem necessárias para preservação da sua segurança e saúde. Deixar de elaborar e/ou de implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Deixar de providenciar a elaboração do plano de fogo ou deixar de manter disponível o plano de fogo. Deixar de manter instalações sanitárias tratadas e higienizadas ou manter instalações sanitárias distantes dos locais e frentes de trabalho. Deixar de elaborar e/ou de implementar o Programa de Gerenciamento de Riscos.

**Alvos Primários 02 e 03**

**Empregador:** [REDACTED] A

**CPF:** [REDACTED]

**Endereço do local objeto da ação fiscal:** SÍTIO PORTEIRA PETRA, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/RJ, com área de 81.675,00m<sup>2</sup> (oitenta e um mil, seiscentos e setenta e cinco metros quadrados) de terras, registrado sob o nº 3355 às fls. 117 do Livro 3-D no Registro Geral de Imóveis de Bom Jardim/RJ e na Receita Federal sob o nº 7.240.500-7.

**Telefone:** [REDACTED]

**Endereço para correspondência:** [REDACTED]  
[REDACTED]

**Principais irregularidades:** Admitir ou manter 03 (três) empregados sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente. Deixar de manter instalações sanitárias tratadas e higienizadas ou manter instalações sanitárias distantes dos locais e frentes de trabalho. Deixar de elaborar e/ou de implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Deixar de elaborar e/ou de implementar o Programa de Gerenciamento de Riscos.

**Alvos Primários 04 a 07:**

**Empregador:** MC PINHEIRO MINERAÇÃO - ME

CPF: 00.000.000/0001-00





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

**Endereço do local objeto da ação fiscal:** ROD. JOSÉ FERREIRA DE AMIL – RJ 150, S/N, IMÓVEL LARANJAL E RONCADOR, BAIRRO SÃO JOSÉ DO RIBEIRÃO, BOM JARDIM/RJ, CEP 28.664-000.

**Telefone:** [REDACTED]

**Endereço para correspondência:** [REDACTED]  
[REDACTED]

**Principais irregularidades:** Admitir ou manter 18 (dezoito) empregados sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente. Efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo. Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional. Deixar de proporcionar aos trabalhadores treinamento, qualificação, informações, instruções e reciclagem necessárias para preservação da sua segurança e saúde. Deixar de elaborar e/ou de implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Deixar de providenciar a elaboração do plano de fogo ou deixar de manter disponível o plano de fogo.

**Alvos Primários 10 e 11:**

**Empregador:** MGF MINERAÇÃO GRANITO FRIGURBO LTDA - EPP

**CNPJ/CPF:** 39.533.583/0001-51

**ENDEREÇO:** FAZENDA SIMPATIA, S/N - 2º DISTRITO – CENTRO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/RJ, CEP 28.660-000.

**LOCAL DOS SERVIÇOS:** FAZENDA SIMPATIA, S/N - 2º DISTRITO – CENTRO, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/RJ, CEP 28.660-000.

**Principal irregularidade:** Deixar de realizar, no exame médico ocupacional, exames complementares, de acordo com o disposto na NR-7.

**Alvo Secundário:**

**Empregador:** [REDACTED]

**CNPJ:** 16.944.785/0001-90



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

**Endereço do local objeto da ação fiscal:** Rua Nathanael Schuenck, s/n – Sítio Bonfim Alto do Schuenck – Bairro Amparo – Município: Nova Friburgo-RJ – CEP: 28.605-970

**Telefone:** [REDACTED]

**Endereço para correspondência:** [REDACTED]  
[REDACTED]

**Principais irregularidades:** Admitir ou manter 07 (sete) empregados sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente. Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional. Deixar de elaborar e/ou de implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Deixar de elaborar e/ou de implementar o Programa de Gerenciamento de Riscos.

As fotos abaixo demonstram detalhes da ação fiscal.

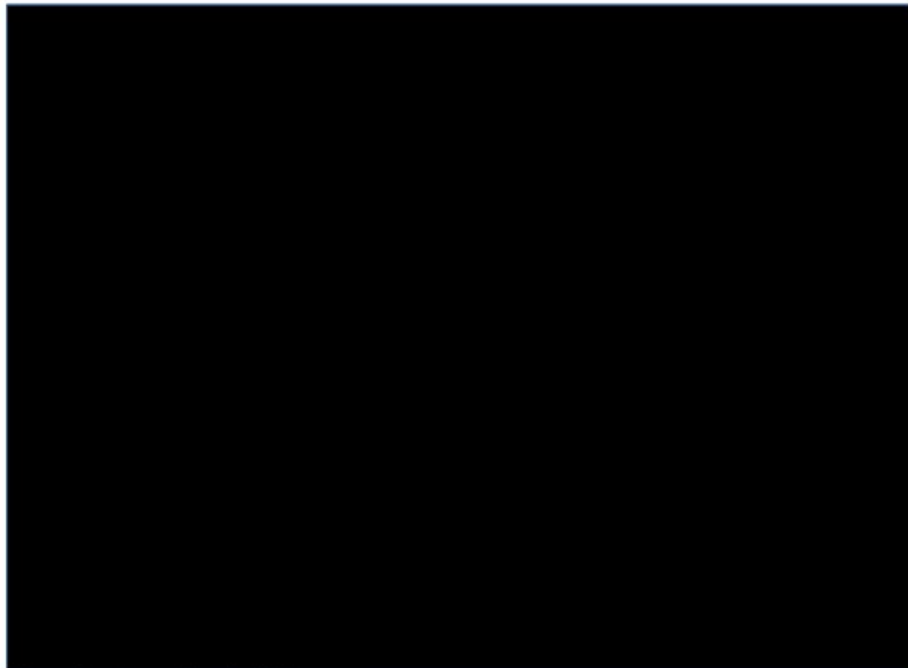


Foto 01: Reunião inicial ação





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

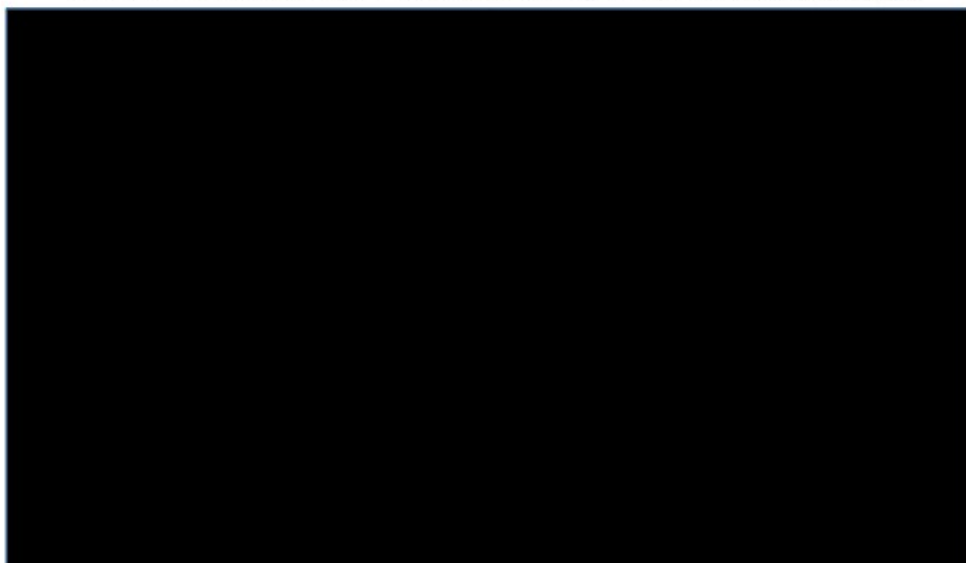
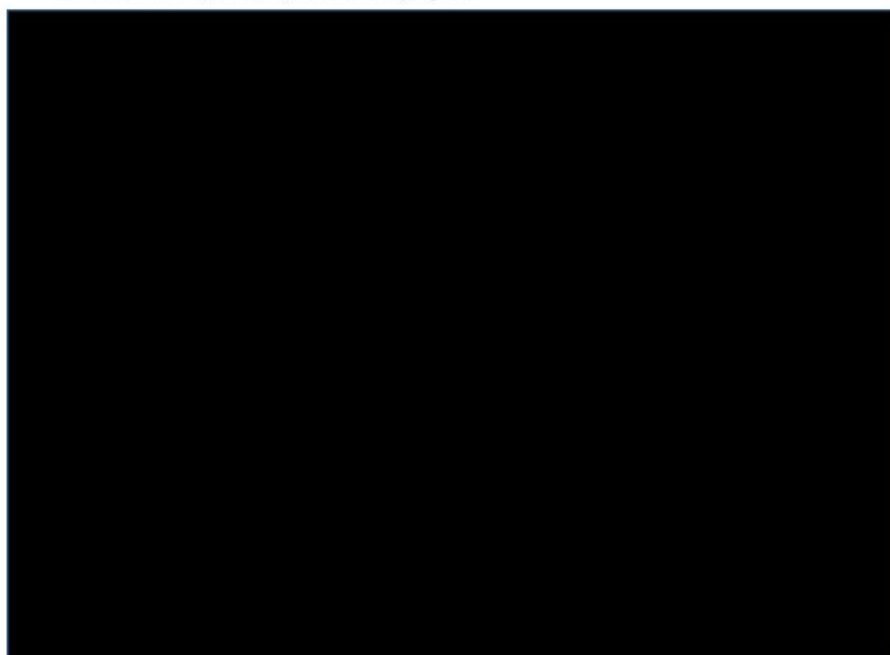
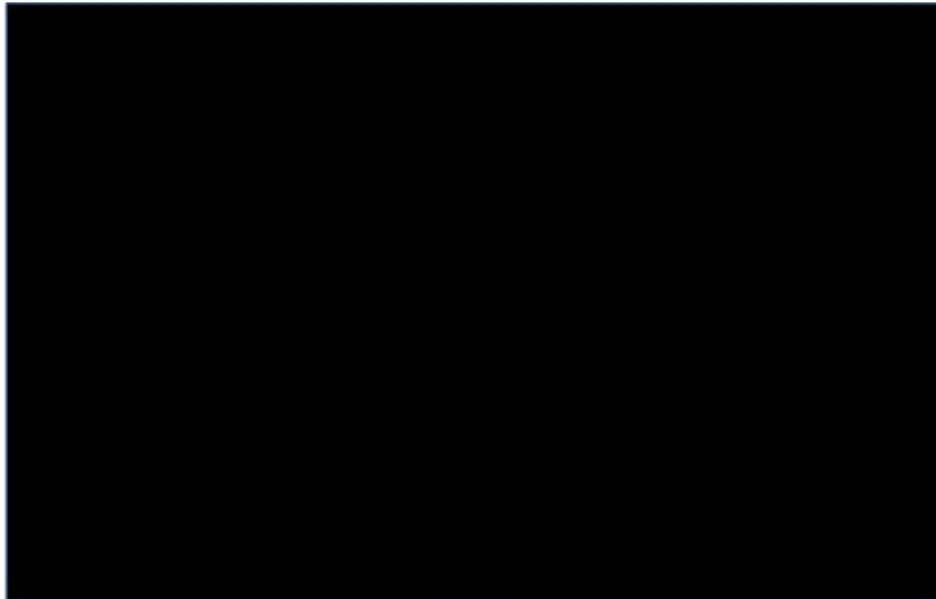


Foto 02: Organização das equipes





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**



Fotos 03 e 04: Reunião com as equipes no ginásio – SESI

A equipe de AFTs juntamente com agentes da Polícia Federal, retornou na manhã do dia 22/10/2015, em duas frentes de trabalho nas pedreiras dos empregadores MC PINHEIRO MINERAÇÃO – ME e [REDAZIDA], para novas diligências.

No curso da fiscalização, a equipe que estava no empregador MC Pinheiro foi informada que estava ocorrendo no Morro do Schuenck, uma mobilização de trabalhadores e patrões que reivindicavam a presença da fiscalização, visto que estavam com as atividades paralisadas e queriam orientações para que pudessem retornar aos postos de trabalho.

Diante da situação, o GEFM juntamente com a equipe de segurança optou por atender um representante dos empregadores e a fim de evitar tumultos ou informações desencontradas com os demais parceiros da operação, agendou com os mesmos na sede do MPT de Nova Friburgo/RJ, para as 14:00hs do mesmo dia.

A outra equipe, que estava na Pedreira do Sr. [REDAZIDA] foi interpelada pelo movimento e na ocasião, prestou esclarecimentos e orientações ao grupo de trabalhadores presentes.





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

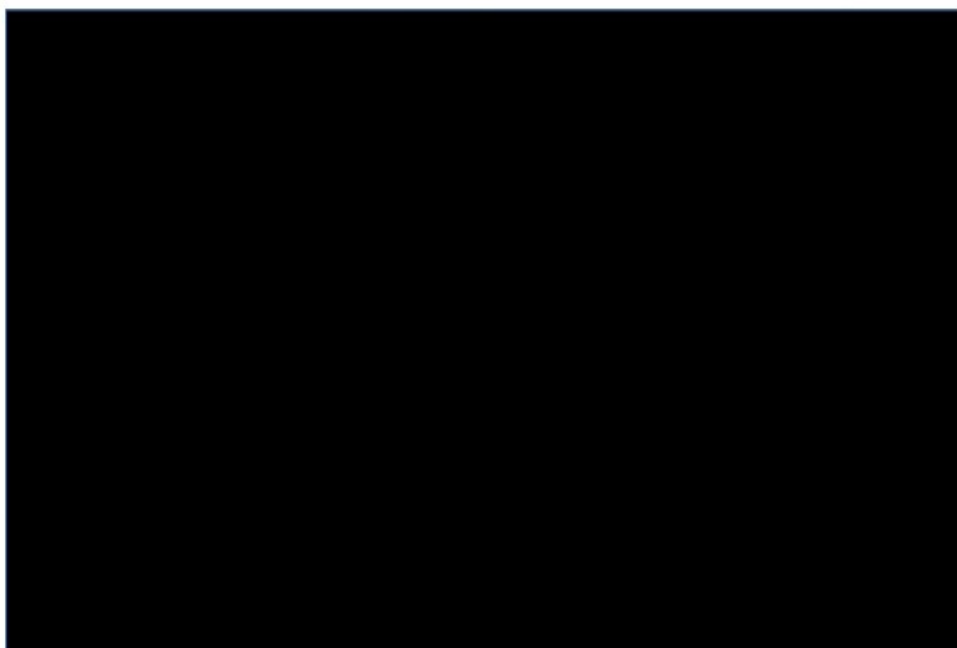


Foto 05: Movimentação dos trabalhadores e empregadores.

**D) PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM**

Na tarde do dia 22/10/2015, na sede do MPT de Nova Friburgo/RJ, compareceram 11 representantes de 06 Pedreiras, (descritos no item B, correspondentes aos estabelecimentos de 01 a 06), conforme Ata de Audiência anexa ao presente relatório.

Na ocasião, os mesmos foram esclarecidos a respeito da fiscalização, da situação irregular da Licença Ambiental, do embaraço causado pela retirada dos trabalhadores dos locais de trabalho, das irregularidades apuradas nas pedreiras inspecionadas, das consequências do desrespeito à Legislação Trabalhista e da Segurança e Saúde do Trabalho.

O GEFM, considerando a Instrução Normativa nº 109, de 04 de junho de 2014, que alterou a Instrução Normativa nº 23, de maio de 2001 e em consonância com os auditores fiscais do trabalho representantes da SRTE/RJ, propôs para estes empregadores, a assinatura de um Termo de Procedimento Especial, no qual se comprometiam a regularizar imediatamente a





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

adequarem o ambiente de trabalho e tomar as devidas providências para atendimento das Normas Regulamentadoras, em especial a NR-22.

A assinatura dos Termos de Compromisso firmados com os empregadores foi realizada no dia 28/10/2015, na sede da Gerência de Nova Friburgo/RJ – GRTE/Nova Friburgo. Além dos 06 empregadores presentes na reunião do dia 22/10/2015, compareceram para receber esclarecimentos e com interesse de regularização, mais 02 empregadores (descritos no item B, correspondente aos estabelecimentos 07 e 08).

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Nova Friburgo/RJ foi notificado para comparecer e acompanhar as assinaturas dos referidos Termos de Compromisso.

Na ocasião, o Sr. [REDACTED] responsável pela PEDREIRA DO [REDACTED] negou-se a assinar o referido Termo de Compromisso. Os demais empregadores, no total de 07, assinaram o respectivo Termo, que estão anexos ao presente relatório.

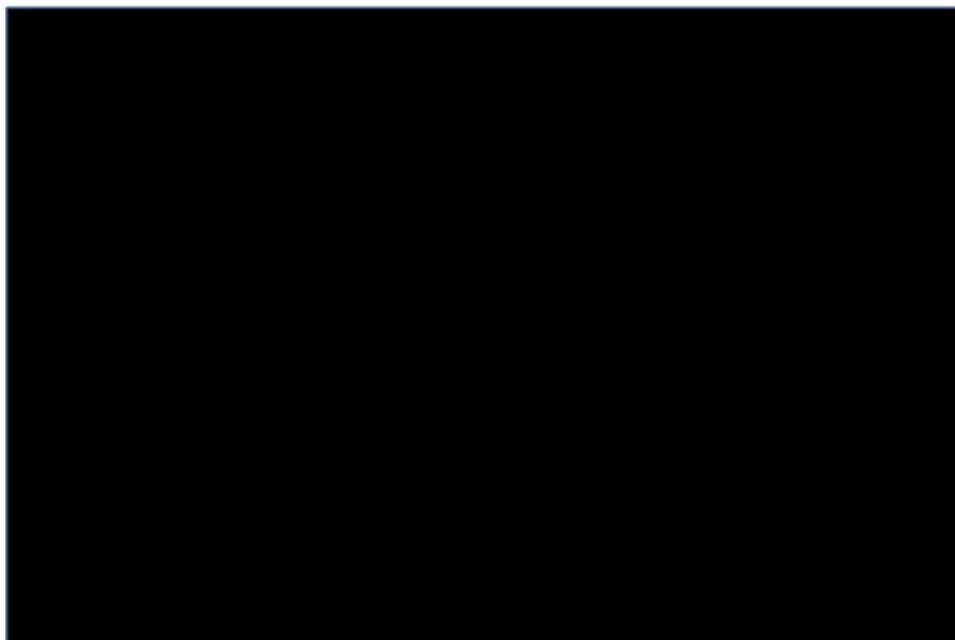
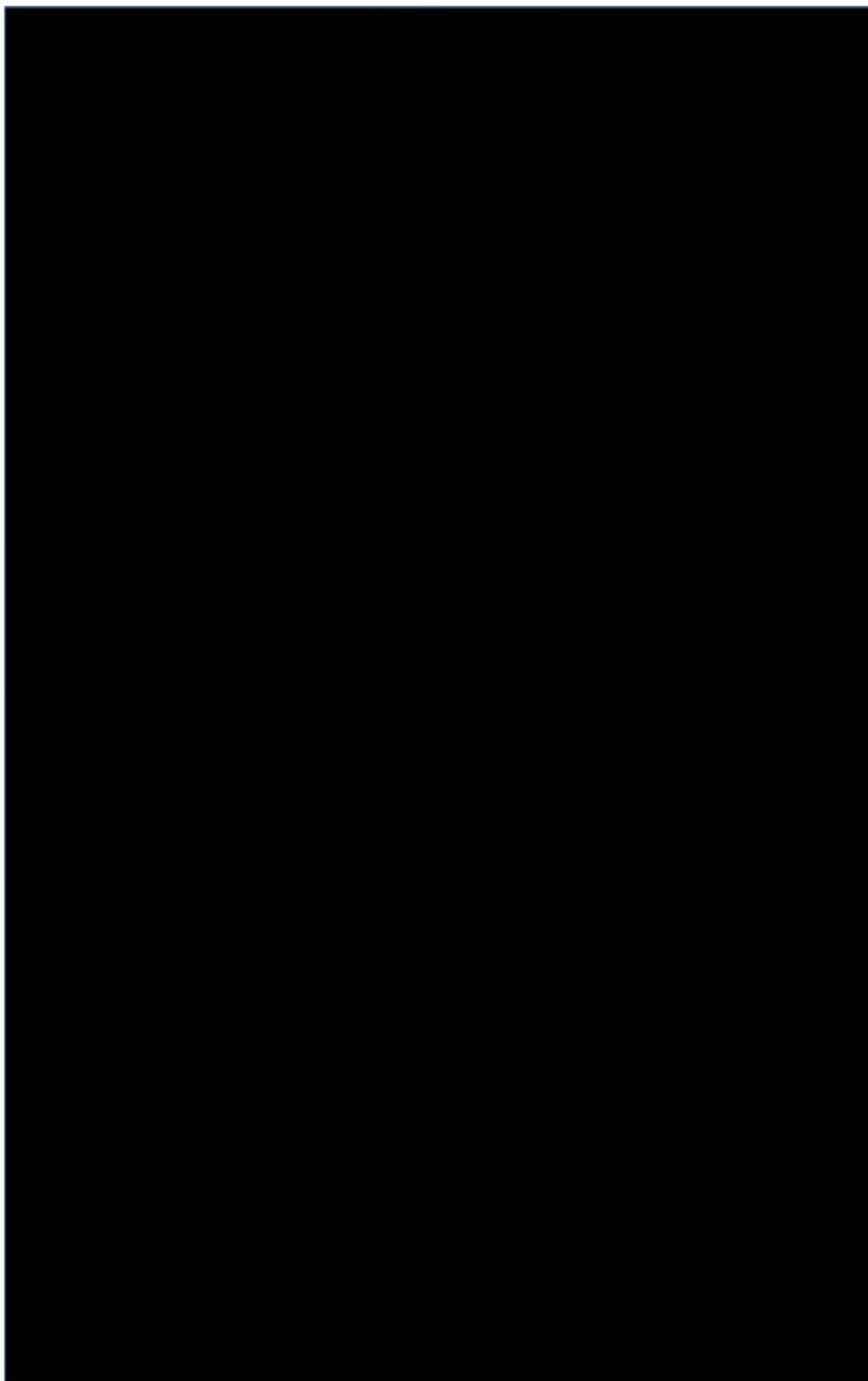


Foto 06: Assinatura do Termo do Sr. [REDACTED]





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO**  
**DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO**  
**DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

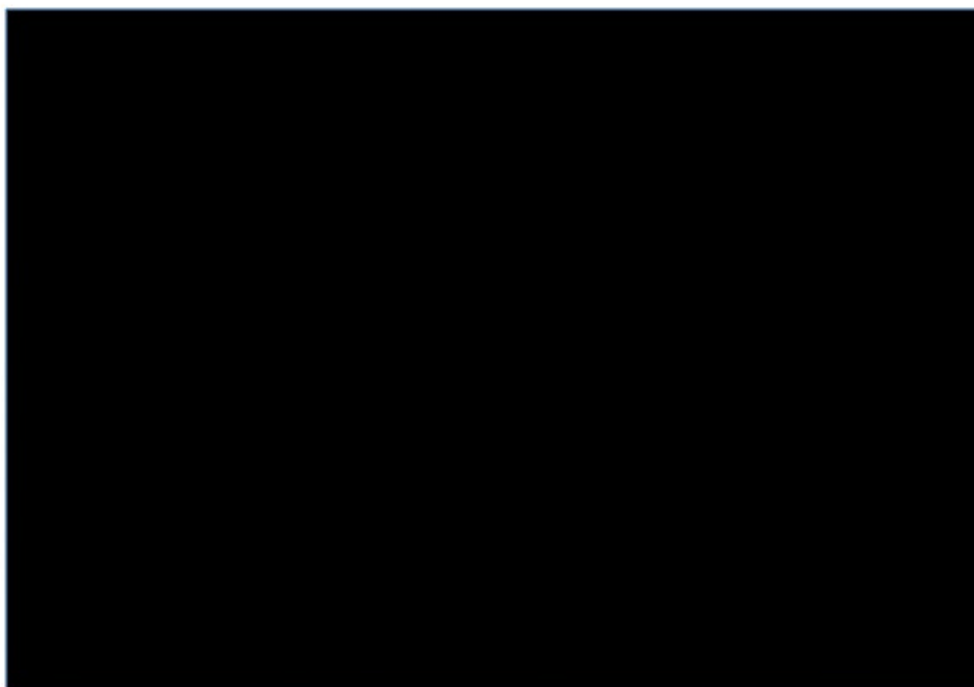
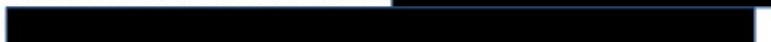


Foto 09: Assinatura do Termo dos Srs



responsáveis pela PEDREIRA DO MORRO DAS CONTAS

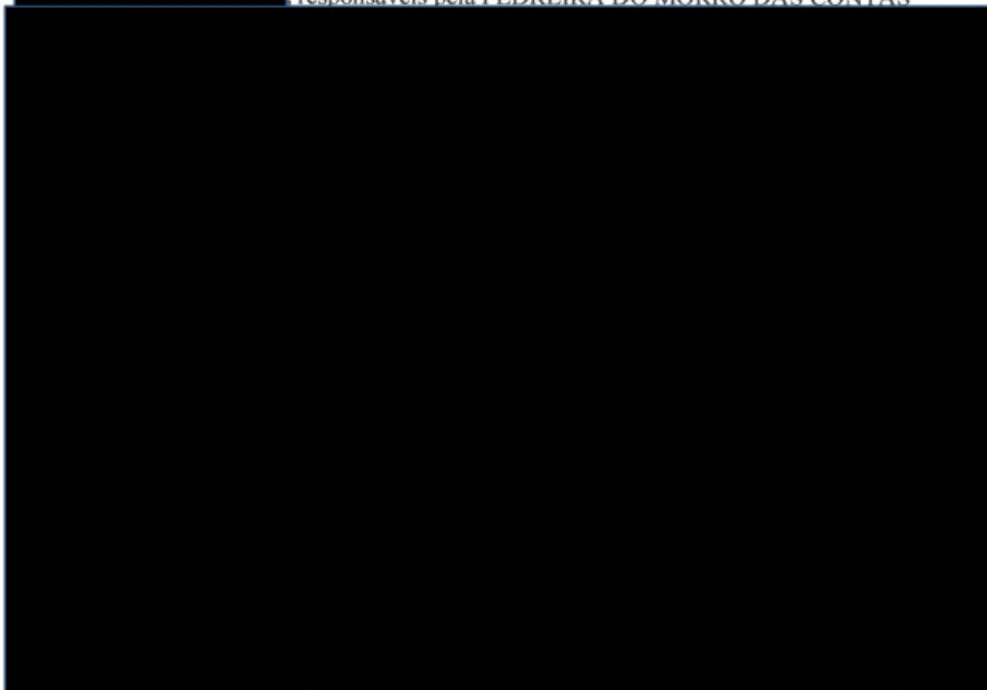


Foto 10: Reunião com o Sr.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

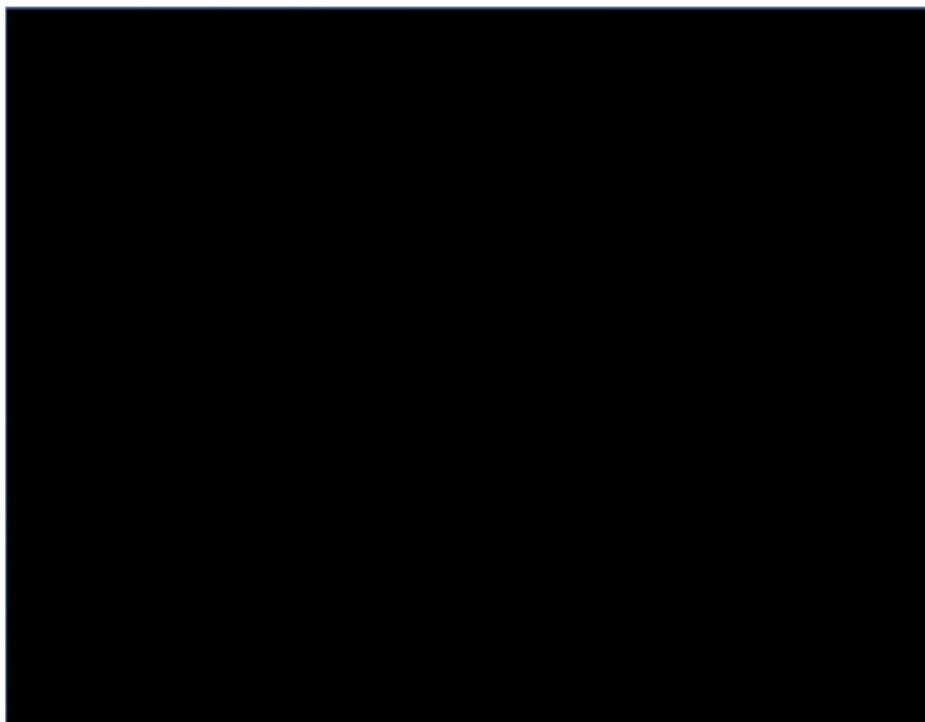


Foto 11: Reunião de empregadores com o Sindicato.

## E) CONCLUSÃO

Durante a inspeção realizada nas frentes de trabalho, verificamos *in loco* que as condições de trabalho, **NÃO** caracterizavam, para os trabalhadores encontrados, situação degradante ao ponto de configurar **trabalho análogo a escravo**.

Em que pese não se ter configurado o trabalho análogo a escravo, algumas situações devem ser destacadas em razão das irregularidades encontradas e considerando a abrangência da atividade de exploração de pedras na região conhecida como AMPARO/LARANJAL RONCADOR.

Estima-se que atualmente cerca de 300 cabouqueiros trabalhem na extração de pedras para diferentes exploradores, sem registro e em condições precárias nessa região.

Primeiramente, destaca-se a questão dos trabalhadores na qual se deve atentar ao fato de que a contratação destes há de ser precedida de todas as formalidades legais, sendo obrigatória a





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

obtenção de Carteira de Trabalho e Previdência Social e o registro do contrato de trabalho, não se olvidando de todas as obrigações trabalhistas, securitárias e fundiárias decorrentes.

Assim, a contratação de trabalhadores implica no cumprimento de uma série de formalidades e condições que se não observadas e cumpridas poderão provocar desagradáveis e onerosas implicações aos empregados, conforme já exposto no presente relatório.

Destacam-se ainda os riscos advindos da própria atividade de exploração de pedras, entre os quais citamos, exemplificadamente:

- Riscos de natureza física (ruído - provocado pelo impacto das ferramentas na rocha; fragmentos de rocha - desprendidos durante os impactos das ferramentas na rocha; acidentes - como quedas dos trabalhadores de alturas e esmagamento de partes de corpo, como pés, dedos e mãos, ou mesmo do corpo todo devida movimentação dos pedaços de rocha cortados e não estabilizados no local);
- Riscos de natureza ergonômica (postura inadequada de trabalho, movimentos repetitivos e levantamento de cargas);
- Riscos de natureza química (poeira sílica desprendida das pedras durante seu corte com ferramentas manuais ou explosões).

Considerando a questão da informalidade, das irregularidades de saúde e segurança encontradas e os riscos supracitados que afetam a massa de trabalhadores que participam direta ou indiretamente da atividade ora fiscalizada e ponderando ainda a ocorrência de situação reiteradamente irregular, inclusive com diversas ações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, bem como outros órgãos federais, conclui-se que os empregadores que exploram a atividade de extração de pedras nas áreas localizadas entre os municípios de Bom Jardim e Nova Friburgo – na região conhecida como AMPARO/LARANJAL RONCADOR - devem ser objeto de constante **monitoramento** do Ministério de Trabalho e Previdência Social e de instituições parceiras a fim de garantir que os empregadores envolvidos estejam em conformidade com a legislação trabalhista e de segurança do trabalho e saúde ocupacional, para prevenir ou minimizar a ocorrências de acidentes do trabalho e/ou problemas de saúde ocupacional, e reduzir suas conseqüências.







**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Ademais, deve-se atentar para que os empregadores que tomaram conhecimento da fiscalização e aos que assinaram o respectivo Termo de Compromisso para regularização da situação de irregularidade, sejam alvo de nova fiscalização pela SRTE/RJ, após decorrido o prazo de 120 dias.

É o relatório.

Brasília/DF, 10 de novembro de 2015.



Auditora-Fiscal do Trabalho  
CIF [assinatura]

